



À 8<sup>a</sup> Comissão (CECC)

para apreciação.

At. lra.

23/06/2014

Exma Senhora  
Presidente da Assembleia da República  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

PETIÇÃO Nº 4(1)4/XII/3<sup>A</sup>

N/ Ref<sup>o</sup>: 1813.DDL.14

Data: 23.Junho.14

Senhora Presidente,

Vimos proceder à entrega da Petição do distrito de Leiria "Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da Escola Pública de qualidade", com 4470 assinaturas.

Indicamos como primeiros subscritores:

Ana Rita Carvalhais da Silva  
Mário de Oliveira Nogueira  
Ana Luísa Pleno Rajão  
Carlos José da Silva Raquel Counhago  
José Manuel Ribeiro João Paiva  
Alcino Marques Duarte  
Cesário António Gonçalves da Silva  
Fernando Paulo Mateus Elias  
Nuno Ricardo Ribeiro Ferreira  
Joaquim Marques da Silva

que, para este efeito, escolhem como domicílio:

Rua dos Mártires, nº26, r/c dto.

2400-186 LEIRIA

Fax.: 244 812 126 e E-mail: leiria@sprc.pt

Os nossos melhores cumprimentos.



'A Direcção Distrital de Leiria,

  
(Ana Rita Carvalhais)

# PETIÇÃO

**Moralizar a utilização de dinheiros públicos.  
Pôr fim aos privilégios do ensino privado.**

## **EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE**

De acordo com a lei, "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1, art.º 37.º, Lei 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo) e, na nossa Constituição da República, "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (art.º 75.º).

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma escola pública de elevada qualidade para todos, o que não é compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas, como forma de transformar a Educação em negócio.

Não estando em causa a liberdade da iniciativa privada na Educação, é condenável que esta, visando o lucro para os seus proprietários, ocorra à custa dos impostos pagos por todos os portugueses e da degradação da escola pública.

### **CONSIDERANDO:**

1. O facto de existir uma rede de escolas públicas apetrechadas de recursos materiais e humanos, que garantem um ensino de qualidade universal, gratuito e inclusivo, dando resposta às necessidades locais;
2. A inexistência de qualquer medida por parte do governo para pôr fim aos injustificáveis apoios aos colégios privados, aumentando a despesa, enquanto fomenta um progressivo, lento e mortífero empobrecimento da escola pública;
3. Que as escolas públicas passam por muitas dificuldades devido ao seu subfinanciamento (alunos sem transportes escolares; alunos com necessidades educativas especiais que não têm apoios; equipamentos desportivos, laboratórios, espaços de convívio e mesmo salas de aulas ou edifícios que se degradam; escolas públicas que poderão estar impedidas de pagar despesas de manutenção como o pagamento de despesas de água e electricidade, gás ou aquecimento de salas de aula, pondo em causa o necessário conforto da oferta pública de ensino), enquanto o governo português se prepara para uma experiência piloto de aplicação do cheque ensino que custará 19,6 milhões de euros ao Estado;
4. A necessidade de pôr cobro a um conjunto de irregularidades, ilegalidades e implicações de ordem social que resultam da manutenção de uma política de claro apoio do ministério da Educação e Ciência ao subsistema privado;
5. A defesa pelo governo e pela maioria parlamentar que o suporta de uma lógica mercantilista, resultante de uma agenda neoliberal, que se sobrepõe às necessárias preocupações sociais e educativas quanto à oferta de uma Educação de qualidade, inclusiva e universal;
6. A recente aprovação de um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que desvaloriza ainda mais a escola pública e do papel do Estado na sua promoção, ao mesmo tempo que se assume como instrumento de favorecimento do ensino privado e orientado para promover a privatização do sistema público de ensino;

Os signatários reclamam:

- O fim de medidas de política educativa que se destinam a aumentar o financiamento das instituições privadas e a agravar a despesa do Estado e que levam ao desperdício de recursos humanos altamente qualificados e de condições físicas, materiais e de horário adequadas a uma resposta que se quer de qualidade e que o Estado pode e deve garantir na sua rede de estabelecimentos de ensino público;

- O fim progressivo dos contratos de associação com escolas privadas, sempre que existir, na área da sua implantação, oferta pública que garanta o acesso ao sistema de ensino a todas as crianças e jovens;
- A avaliação pela Assembleia da República das iniciativas tomadas pelos governos e pela administração educativa regional na promoção do ensino privado, em detrimento da escola pública, e a divulgação pública dos resultados dessa avaliação;
- A responsabilização civil e criminal de quem, politicamente, criou e alimentou esta situação gravíssima que atenta contra a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e o quadro legal vigente nas últimas três décadas, para além de constituir uma efectiva delapidação do erário público;
- A responsabilização civil e criminal de proprietários e direcções de colégios por eventuais crimes cometidos contra o Estado e os portugueses, obrigando os mesmos a indemnizar o Estado pela utilização indevida ou apropriação de dinheiros públicos para outros fins, que não os da Educação.

**No caso do distrito de Leiria**, existem 17 Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, muitos deles a curta distância das Escolas Públicas. Numa aberta concorrência desleal, alunos são "cativados" pelos colégios e o Governo tem retirado turmas às Escolas Públicas em favorecimento claro do Ensino Privado. É inaceitável o condicionamento do alargamento da resposta da Escola Pública, nomeadamente ao 3º CEB e ao Ensino Secundário nas localidades da Benedita (Alcobaça ) e Nazaré.

Os 32,5 milhões de euros (dados de 2012) transferidos do OE para os Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo enquadram-se no objectivo de favorecimento do Ensino Privado.

Os signatários consideram que é urgente inverter esta política educativa, assegurando uma Escola Pública de qualidade ao serviço do País e dos Portugueses.

Nome legível	BI/GG	Localidade
Alexandre Cerveira de Leira	2315758	Leiria
Mário Oliveira Aguiar	5056269	Coimbra
Ana Luísa Plano Rajão	7036838	LEIRIA
Carlos José de Silva Rangel Loureiro	8444167	Leiria
José Manuel Ribeiro José Paiva	4253588	Lobonzuca
Alcino Jacques Duarte	4131525	LEIRIA
Cesário António Gonçalves da Silva	6532109	M. GRANDE
FERNANDO PAULO MATEVS ELIAS	04005564	LEIRIA
Luís Ricardo Ribeiro Garcia	9873845	PATAIAS
José Maria Marques da Silva	4385847	LEIRIA

Devolver, até 5 de Abril, para: SPRC – R. dos Mártires, 26 – r/c Dr.º, 2400-186 LEIRIA